



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA
VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

-----Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, o **Presidente da Mesa** – Laurentino Dias, o **Primeiro Secretário** – Manuel Santos e a **Segunda Secretária** – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----De seguida, pelo **Presidente da Mesa**, foram anunciados os seguintes pedidos de *suspensão*: pelo período de trinta dias, Armindo Manuel Tavares Fernandes e pelo período de vinte dias, Manuela Maria Nogueira do Vale Jordão, ambos eleitos pelo PS; pelo período de 30 dias, Susana de Fátima Amorim Pinto de Cortez, Natália Fernandes Leite e Rui Sandro Novais da Silva, ambos eleitos pelo PSD e pelo período de trinta dias, José Manuel Gonçalves Domingues, eleito pelos IPF.-----

-----Pedi a *substituição*, nesta sessão, o Presidente da Junta de Freguesia de Fafe, pela Secretária Cristela Pereira Castro.-----

-----Por fim, foi anunciado um pedido de renúncia de mandato, apresentado por Miguel Cabral de Almeida Summavielle, eleito pelos IPF.-----

-----Colocados a votação, **foram aprovados, por unanimidade**.-----

-----Tomaram assento, os elementos que se seguiam na respetiva lista, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de quarenta e oito Membros.-----

-----Em seguida, o **Presidente da Mesa** procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros, para que querendo, o consultassem.--

-----Depois, o **Presidente da Mesa**, comunicou à Assembleia, a existência de uma moção apresentada pela CDU, sobre a reposição das freguesias, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Foi dada a palavra a Raul **Manuel Rebelo Cunha**, eleito pelo PS, para tecer alguns comentários sobre a mesma.-----



[Handwritten signature and initials]

-----Solicitou a palavra **Jorge Adélio Martins Pereira da Costa**, eleito pelo PSD que começou por referir que esta medida ainda era recente, não tendo sido possível avaliar se a mesma tinha produzido efeitos. Expressou que a população a tinha aceite, tecendo alguns comentários políticos e comunicou que o PSD iria votar contra.-----

-----Subsequentemente, **Joaquim Magalhães**, eleito pelos IPF, esclareceu que como cidadão independente, concordava com o fato de haver uma alteração à reforma administrativa, e que, sem vincular os colegas da sua bancada, ia votar a favor.-----

-----Demandou, também, a palavra o **Presidente da Freguesia de Aboim, Gontim, Felgueiras e Pedraído** para dizer que não estava contra o agrupamento das freguesias, mas que deveria haver um ajuste. Referiu que, no caso da sua freguesia, existia uma extensão de trinta e dois quilómetros, pelo que ia votar a favor da moção.-----

-----Colocado a votação, foi **rejeitada, por maioria, com dezassete votos contra, quinze abstenções e seis votos a favor.**-----

-----Posteriormente, passou-se ao **período de intervenções.**-----

-----Fez uso da palavra **Alberto Joaquim Costa Alves**, eleito pelos IPF, para propor a edição de um livro com a recolha dos votos de louvor, de congratulação e até de pesar, a cidadãos, entidades e mesmo a Associações e Coletividades que, ao longo do tempo, tinham sido aprovados, nas sessões da Assembleia. Prosseguiu, dizendo que entendia que seria um destino adequado para as verbas que estavam afetas à Assembleia, evitando, assim que os votos que, apesar de serem comunicados, caíssem no esquecimento, assim como as razões, os atos, os momentos ou circunstâncias que tinham estado na sua origem. Dessa forma, entendiam que esse livro, deveria coligir o nome de todos aqueles que tinha prestado serviço público, participando nos órgãos autárquicos do todo o concelho. Referiu, ainda, que o Município tinha nos seus quadros um historiador, Artur Ferreira Coimbra, bem como inúmeros técnicos com competência nessa área e que, seguramente, não seria difícil preparar essa edição. Propunha que, esta Assembleia, aprovasse esta proposta, que reputavam de interesse para a história política do concelho de Fafe.-----

-----O **Presidente da Mesa** usou da palavra para responder que a Assembleia não tinha orçamento, mas que iria tentar encontrar uma solução junto do executivo para ir ao encontro desta proposta. -----



-----Foi dada a palavra a **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU, que referiu que a votação da moção anterior, não tinha sido unânime. Alertou para o mau estado do piso, na faixa descendente entre o Palacete do Centro de Emprego e o cruzamento da Avenida das Forças Armadas; para os problemas da piscina municipal, nomeadamente, o aquecimento, o fundo e as paredes dos tanques precisarem de reparações e os cortes que separavam as pistas estarem danificados e, ainda, para as condições da sala de espera e das casas de banho da central de camionagem. Finalizou dizendo que, na pista de cicloturismo, perto de Fareja, tinham sido abatidas umas árvores e que não tinha sido colocada nenhuma proteção, tendo dado origem a uma ravina.-----

-----Fez uso da palavra **José Augusto Rodrigues de Sousa**, eleito pelo PSD, para dizer que no passado dia vinte, tinha pedido, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o fornecimento de uma cópia do contrato de empreitada, relativo à construção do edifício multifuncional, onde viria a ser instalada a Altice. Dias depois, tinha-lhe sido enviado um e-mail, que capeava a folha do rosto do contrato de empreitada em causa. De imediato, solicitou que lhe fossem enviados os documentos que dele faziam parte integrante, ao qual, lhe enviaram um e-mail, onde lhe era dado conhecimento, de que o processo poderia ser consultado nos serviços da Câmara ou, em alternativa, poderiam ser obtidas cópias do contrato, mediante o pagamento das taxas previstas na Tabela de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais. Apontou que tinha ficado incrédulo com o procedimento adotado, visto que, eram poderes dos membros desta assembleia, além de muitos outros, exercer singular ou coletivamente, “acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, bem como requer e obter com celeridade, os elementos e as informações que considerassem úteis para o exercício do seu mandato e indispensáveis para uma participação profícua nas Assembleias Municipais”. Considerava essa situação, além de inqualificável, também, indigna. Corroía a confiança que os cidadãos deviam depositar nos órgãos da administração pública. A recusa, em fornecer a cópia do contrato de empreitada, poderia levar a pensar que se passava algo de grave, sendo conveniente que isso fosse escondido. Lembrou que o PSD, tinha votado favoravelmente, em que a Câmara Municipal contraísse o empréstimo para a construção do edifício, mas tinha-o feito na convicção de que, o Senhor Presidente, acautelasse os interesses do município.



Sucedia que, até ao momento, não eram conhecidas as vantagens que o município tinha obtido, designadamente, o número de postos de trabalho efetivamente criados, qual era o tipo de contrato e as remunerações auferidas, bem como qual era a data prevista para a conclusão das obras e, ainda, o porquê das obras não estarem concluídas e as suas consequências. Disse, ao Senhor Presidente da Câmara, que eram algumas das respostas que os munícipes exigiam e que, o Senhor Presidente, teimosa e deliberadamente, não dava, devendo, as mesmas, serem dadas naquela Assembleia. Era uma obrigação de todos, sem exceção, fosse Presidente da Câmara, fossem Vereadores, fossem membros da Assembleia Municipal, contribuir para o fortalecimento das instituições democráticas, usando como veículo a transparência e a ética. Só com transparência, seria permitido a qualquer cidadão saber onde, como e porquê o dinheiro público estava a ser gasto, sem mistérios. Insistiu, dizendo que a Câmara não podia ocultar informação aos Membros da Assembleia, impedindo-os de escrutinar a sua atividade, nomeadamente, quando estava a disponibilizar recursos públicos em prol do benefício privado. A recusa, na entrega da cópia do contrato de empreitada, demonstrava, claramente, falta de ética e desrespeito pela lei, o que se traduzia em falta de transparência, valores estes fundamentais da vida em sociedade e, que não sendo respeitados, corroíam e destruíam a qualidade da democracia, que não podia, nem devia, ser menosprezada. As normas, num estado democrático, existiam para serem cumpridas escrupulosamente, de modo a evitar e a prevenir o combate à corrupção, luta em que todos deviam dar as mãos. Apelou a que o Presidente adotasse uma atitude proactiva, dando a conhecer todas as informações referentes à sua gestão e à aplicação dos recursos públicos, não dificultando ou obstaculizando a sua obtenção por parte de nenhum dos membros daquela assembleia. O povo, quando elegia os seus representantes, partia da premissa que o cumprimento da Lei não era uma opção, era uma obrigação. Tratando-se de uma conduta intolerável e inqualificável, que envergonhava os mais desavergonhados, ia dar conhecimento desta situação à Inspeção Geral da Administração Local e intentar a respetiva ação no Tribunal Administrativo e Fiscal, para que situações destas não venham a ocorrer no futuro. Terminou dizendo que requeria ao Senhor Presidente da Mesa, para memória futura, que o conteúdo dessa intervenção, vertido em papel, fosse anexado à ata desta



[Handwritten signature and initials]

reunião.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para confirmar que a intervenção ficaria anexa à ata. Respondeu ao deputado José Augusto Sousa, dizendo que o requerimento que tinha sido apresentado – e, que lhe tinha sido dado conhecimento – fora despachado passado seis minutos, para que fosse remetido ao Presidente da Câmara. Desde essa altura, não teve mais nenhum conhecimento. Tal facto, fazia com que este processo estivesse errado desde o princípio, porque o requerimento tinha-lhe sido dirigido, enquanto presidente da Assembleia Municipal, o qual, era o fiel transmissor do requerimento, como deveria ser o fiel executor do pedido. Tal não tinha acontecido. Esclareceu que, não lhe parecia que este Executivo tentasse ocultar informação, mas que teria havido um erro, que não devia repetir-se, muito menos, não deveria um membro da assembleia ser instado a pagar documentos, que tinha direito a consultar e a pedir cópias sempre que assim o entendesse, por isso, era membro de um órgão fiscalizador da atividade municipal. Pediu ao deputado José Augusto Sousa que lhe permitisse retomar o processo desde o início, para fazer a entrega da documentação a que tinha direito.-----

-----Solicitou a palavra **Raul Manuel Rebelo Cunha**, eleito pelo PS, para dizer que, sem prejuízo de ter havido um lapso administrativo e ter direito de ver o documento, entendia que era de todo incorreto o tom que tinha sido usado. Prosseguiu dizendo que o Presidente da Câmara tinha um percurso de vida que não merecia uma intervenção em que se falasse de ética, corrupção, comportamento totalmente inaceitável, inqualificável. Afirmou que o contrato existia e não se justificavam essas afirmações.-----

-----Pediu, de imediato, a palavra **José Augusto Rodrigues de Sousa**, eleito pelo PSD, para registar que nunca tinha ouvido uma intervenção tão disparatada como a do deputado Raul Cunha. Não iriam pedir responsabilidade ao porteiro da Câmara. As responsabilidades tinham de ser pedidas a quem exercia o poder. Teceu vários comentários políticos.-----

-----Fez da palavra uso **Alexandra Carina Fernandes Vaz Nogueira**, eleita pelos IPF, que começou por constatar que a cidade de Fafe tinha mais de cinquenta mil habitantes, sendo que, a maior parte dessas pessoas, gostavam de se manter



Handwritten signature and initials.

informadas sobre o que se passava no concelho, através da página web da Câmara. Continuou, dizendo que ao se aceder a essa página, para poderem descarregar os diversos ficheiros, disponíveis na mesma, nomeadamente requerimentos, atas das reuniões de câmara e das sessões da Assembleia, entre outros, seria necessário ter como navegador o Google Chrome, dado que, através do Internet Explorer não se conseguia aceder. Sugeriu que fosse colocado um aviso na página, a alertar para esse fato. Acrescentou que o executivo tinha pessoal especializado na área e, para que se pudesse acompanhar os tempos da evolução informática, a página estivesse atualizada, uma vez que a última ata, da Assembleia, disponível no site, era de agosto de dois mil e quinze. Por fim, acerca da recomendação feita sobre os votos de pesar e congratulação, assinalou que, tendo em conta os constrangimentos orçamentais, devia ser colocado um link na página para facilitar a sua divulgação e, dessa forma, impedir que os mesmos caíssem no esquecimento. Relativamente ao meio ambiente, sustentou que era algo que dava trabalho para preservar e, que sendo verdade que o Homem, nestas últimas décadas, estava mais empenhado em fazê-lo, essa necessidade decorria da deterioração da natureza e do uso de medidas imprudentes por parte do Homem. Tinham sido feitas campanhas de sensibilização, de forma a que se pudesse ter um planeta mais verde e respirável. Assinalou que as árvores da Escola Secundária de Fafe tinham sido podadas, em absoluto desrespeito pela arte da poda, contribuindo assim para uma cultura de desrespeito pelo meio ambiente, tal fato se agravava por se tratar de um estabelecimento de ensino, onde eram travadas lutas diárias, para mostrar às crianças e adolescentes, a importância de respeitar a Mãe Natureza. Apesar de não estar diretamente ligado ao município, cabiam-lhes, a eles, fazer esta alusão, tentando mostrar que existiam outras formas de atuar. Acrescentou que, também, tinham sido abatidas árvores em alguns arruamentos da cidade, supostamente por provocarem alergias ou incómodos aos munícipes, o que dificilmente se explicava, considerando que o Município, nos seus quadros, dispunha de uma engenheira florestal e um arquiteto paisagista. Sugeriu que, quando o executivo tivesse intenção de efetuar intervenções naturais ou remoções de árvores, procurasse uma opinião técnica habilitada junto dos seus quadros técnicos, evitando erros irreparáveis, num património que tinha obrigação de estimar, considerar e promover.-----



[Handwritten signature and initials]

-----Foi dada a palavra a **José Augusto Pereira Rodrigues**, eleito pelo PSD, para dizer que tinha remetido um e-mail ao Presidente da Assembleia a solicitar informações sobre o licenciamento de um muro em Queimadela, e que ainda não lhe tinha sido dada. Questionou o Presidente da Câmara sobre o abastecimento de água às freguesias do norte do concelho, e se o mesmo ficaria concluído durante este mandato.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Freguesia de Aboim, Gontim, Felgueiras e Pedraído** para dizer que, como funcionário da Escola Secundária, se sentia um pouco responsável pela poda que lá existia, lamentando o fato de a Câmara ter vindo a fazer, ao longo dos anos, o mesmo serviço na Escola Carlos Teixeira, sem nunca ter sido noticiado, nem trazido a esta Assembleia. Seguiu dizendo que os Senhores Deputados da Assembleia deveriam deslocar-se à Escola Secundária, para ver o quanto aquelas árvores prejudicavam, quer a nível do saneamento, quer a nível das condutas de águas, tendo sido o ideal substituí-las. Solicitou, também, esclarecimentos sobre as taxas do lixo, uma vez que grande parte das juntas estavam a cobrá-las. Afirmou ser contra a redução das taxas aos emigrantes, entendendo que era mais ajustado a redução às pessoas com baixos rendimentos. -----

-----Solicitou, novamente, a palavra **Alexandra Carina Fernandes Vaz Nogueira**, eleita pelo IPF, que respondeu à intervenção do Presidente da Junta de Aboim, Gontim, Felgueiras e Pedraído, dizendo que o seu grupo parlamentar tinha intervindo aquando da poda na Escola Carlos Teixeira e, que se entendia que o serviço não estava ser executado da melhor forma, deveria ter alertado.-----

-----Por fim, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos sobre:-----

- O piso junto aos semáforos, questão levantada por Alexandre Leite sobre, alertou que tinham intenção de fazer, o mais rápido possível, uma intervenção de modo a corrigir não só o piso, mas também os passeios;-----

- A piscina municipal, referiu que iam tentar corrigir, mas que o objetivo principal era a construção de uma piscina nova e que a Central de Camionagem fazia parte do plano de investimentos;-----

- A pista de cicloturismo, iria tomar as providências necessárias;-----



Handwritten signature and initials.

- O fornecimento do contrato da empreitada do edifício multiusos, disse ficar triste pelo que se tinha dito, pensou que esse assunto tinha sido resolvido, mas de qualquer forma o contrato estava publicado no Base.GOV e era público;-----

- O site, era preocupação do Município ter a informação atualizada, mas não havia muitos recursos, existia uma proposta para contratar serviços para esse fim;-----

- O muro de Queimadela, não tinha conhecimento do pedido;-----

- O abastecimento de água, havia uma candidatura onde Monte, Queimadela, Sanfins e Gontim seriam incluídos;-----

- As taxas do lixo, a mesma tinha sido feita por uma entidade reguladora, pelo que para haver alterações teria que ser submetida uma proposta à mesma.-----

-----O **Presidente da Mesa** usou da palavra para constatar que, relativamente ao assunto elencado pelo deputado José Augusto Rodrigues de Sousa, sobre o fornecimento da cópia do contrato, tinha estado a consultar o processo e, como já tinha referido, o mesmo, foi despacho no próprio dia, e, no dia seguinte, o Presidente da Câmara despachou para o Departamento Administrativo Municipal. Entendia que o que se tinha sucedido a seguir, era defeito do serviço de apoio à Assembleia Municipal, assumindo a responsabilidade. Concretizou dizendo que se devia limitar este assunto a isto, e não, a dúvidas sobre a intencionalidade de ocultar ou não a informação.-----

-----O **Presidente da Mesa** deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passando-se, imediatamente, para o **Período da Ordem do Dia. Ponto dois ponto um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal.** -----

-----Requereu a palavra **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU para solicitar esclarecimentos sobre o Terra Justa, nomeadamente, sobre a sua forte ligação à Igreja Católica, bem como sobre as contas desse evento, uma vez que lhe pareciam muito mal explicadas. Referiu que tinha havido muita publicidade no Jornal de Notícias, nos jornais locais e na TSF, desconhecendo se estava incluída nos noventa mil euros previstos.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para assinalar que o evento tinha corrido bem, conseguindo-se dar mais um passo, no sentido de criar um espaço onde, um vez por ano, quem se preocupava com a temática dos princípios, dos valores e da



Handwritten signature and initials in the top right corner.

dignidade humana, se pudesse encontrar e promover esses assuntos. Tinha sido encontrada uma estratégia de homenagear pessoas ou instituições que, pelo seu percurso de vida, tenham sido marcantes e pudessem ser um exemplo para todos. Sobre a associação do Terra Justa à Igreja Católica advertiu que na preparação do Terra Justa, existia, de fato, alguma ligação com as pessoas que estavam a dirigir o instituto, como Joaquim Franco e, que tinham procurado ter a falar, ao mesmo tempo, pessoas de várias religiões. Entendia que estas causas estavam intimamente ligadas à religião. Relativamente aos custos, este ano, o evento estava orçamentado em setenta mil euros mais IVA, tendo sido realizado um contrato com a empresa “Editorial Novembro”, uma vez que já não havia Naturfafe, e pela lei da contratação pública, era complicado fazer contratos de tudo (almoços, jantares, deslocações, etc). Considerava que, era indelicado, achar que os convidados tinham sido pagos. Não foram pagas notícias, a publicidade no Notícias de Fafe, no Expresso de Fafe, na FafeTV, etc , fazia parte do contrato com a empresa.-----

-----Não havendo intervenções, passou-se, imediatamente, ao **ponto dois ponto dois – Apreciação da informação da Câmara sobre as declarações a que se refere o artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro;**-----

-----Passou-se, posteriormente, para o **ponto dois ponto três - Apreciação e Votação de Proposta da Câmara de reforço de verba para o Programa de Bolsas de Estudos 2015/2016;**-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que o programa das bolsas de estudos tinha sido dotado com cento e vinte mil euros no orçamento, tendo havido um maior número de estudantes a candidatar-se, sendo necessário um reforço de noventa mil euros.-----

-----Solicitou a palavra **Pedro Manuel Lopes Magalhães**, eleito pelo PSD, para deixar registo de agrado, enquanto estudante, munícipe e jovem, em ver esta medida ser reforçada. Era um sinal da preocupação do Município. Apenas quis dar nota de uma questão, que era, numa próxima revisão ao regulamento, ter-se em atenção a duplicação de financiamento, porque o que o atual regulamento previa era que os estudantes que concorriam a esta bolsa municipal deveriam ser bolseiros do estado.-----



[Handwritten signature and initials]

----- Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo aprovada, **por unanimidade.**-----

-----Em seguida, passou-se ao **ponto dois ponto quatro – Apreciação e Votação de Proposta da Câmara de Código Regulamentar sobre a Concessão de Apoios Sociais;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que elucidou de que era um conjunto de todos os regulamentos sociais e aproveitaram para introduzir uma ou outra correção que fundamentalmente se baseava, como vinha explicado na proposta, em dois grupos. Um, a alteração era comum a todos os regulamentos, que tinha a ver com a mudança da escala de avaliação dos rendimentos, passando a ser a escala da OCDE, depois, passou a ter-se uma majoração para as famílias mono-parentais e para os deficientes que tivessem incapacidades entre 60 a 80 por cento, ou superior a 80 por cento. Tinha-se consagrado, no programa Ser Solidário, a possibilidade de participação, de forma voluntária, dos jovens que não tivessem necessidades financeiras. No programa das Bolsas de Estudo, suprimiu-se o prazo de candidatura. No Cartão Municipal Sénior, todos os possuidores do cartão passariam a ter acesso a todos os eventos. Aludiu a que, nas férias seniores, a obrigação de um monitor acompanhar os idosos deixaria de ser do Município, passando a ser da responsabilidade do prestador do serviço e por fim, na emergência social, tinham sido acrescentadas duas alíneas que tinham por objetivo apoiar situações pontuais de calamidade. -----

-----Foi dada a palavra a **Joaquim Magalhães**, eleito pelos IPF, que disse que o código era composto por regulamentos que já existiam todos e já estavam em vigor. Completou que, o mesmo, deveria baixar à Comissão de Análise da Assembleia Municipal, o que não impediria a sua votação.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade.**-----

-----A seguir, passou-se ao **ponto dois ponto cinco – Apreciação da informação da Câmara relativa aos compromissos plurianuais assumidos no 1.º trimestre de 2016;**-----



Handwritten signature and initials.

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto seis – Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa à Prestação de Contas de 2015;**-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que era um documento técnico que traduzia o desenvolvimento económico - financeiro do último ano da autarquia e, dizer que este orçamento, continuava a ter uma preocupação de rigor e transparência. Mencionou que, a partir do início de 2014, havia auditoria permanente e, que resultava da análise deste documento, que o Município tinha umas contas equilibradas: umas finanças em que a receita corrente era maior que a despesa corrente. Tinham uma dívida a médio - longo prazo de 2,35 milhões , a qual, era de 6 milhões em 2011, por isso, tinha vindo a baixar. Houve um aumento da receita total em 32 milhões, existindo um conjunto de recursos que tinham sido possível conseguir mediante a candidatura a algumas obras que já estavam executadas. Considerou que, quando se olhava para o mapa da receita e da despesa, se começava a ver sinais de que o Município estaria em recuperação. Complementou que havia uma opção de grande rigor, o que levou a reforçar os serviços de Património, para poder cumprir uma recomendação dos Auditores, para que se fizesse a amortização do imobilizado, não só dos edifícios e das estradas, mas também das redes de água, que quando foram concessionadas não tinham sido amortizadas. Elucidou, que esse esforço acabou por ter influência no resultado patrimonial, que por sua vez era negativo face às amortizações e ao aumento das transferências para as juntas de freguesia e para as famílias, sendo essa uma opção política assumida. Estas contas mostravam um município equilibrado, sustentável, com futuro e que estava a dar a volta à situação de crise, que tinha vivido, e que começava a ter alguns meios para fazer investimentos.-----

-----Foi dada a palavra **Jorge Adélio Martins Pereira da Costa**, eleito pelo PSD, para dizer que, conforme o Presidente da Câmara tinha referido, o documento em apreciação era de índole técnica. O primeiro reparo que ele tinha feito, sobre as amortizações, não deixava de ser uma consideração que poderia, eventualmente, ter sido corrigida no passado, uma vez que acabou por prejudicar as contas do ano de 2015 e beneficiou os anos anteriores. Sobre o endividamento, mencionou que o Presidente da Câmara tinha dado nota de que, o mesmo, estava a baixar, o que para ele era o tema mais central e preocupante daquilo que era a gestão pública, porque,



Handwritten signature and initials.

efetivamente, tinham conseguido, fruto do negócio das casas da Urbanização José Saramago, amortizar significativamente algum endividamento, que era um cancro do passado, mas, também, tinham contraído, no ano anterior, um endividamento, sendo esse um assunto que deveria ser sempre acompanhado, porque podia por em causa os exercícios futuros. Acrescentou que, era função do Município, apoiar as instituições e as associações e, obviamente, que apoiavam. Entendia que deveria ser introduzida uma nova forma de atuação, de forma a monitorizar as atribuições de subsídios, parecendo-lhe bem, que neste momento, se pudesse medir, de alguma forma, o retorno que tinha havido para esta terra, das mesmas, para que, nos anos seguintes, se pudesse variar os apoios. Existiam muitas coletividades, mas nem todas tinham sido apoiadas: umas tinham feito um trabalho enorme, até do posto de vista da empregabilidade e não tinham sido apoiadas e, outras foram e bem. Por fim, disse que tinha sido um ano equilibrado, mais estável relativamente ao passado, entendia que era o momento para dar o salto e conseguir dar um contributo forte para alavancar o resto do mandato.-----

-----Usou da palavra **Manuel Fernando Marinho Alves**, eleito pelos IPF, para esclarecer uma questão relacionada com o assunto das amortizações: entendia que que o Presidente da Câmara não era da área, e estas eram questões muito técnicas, e que, por vezes, não eram fáceis dominá-las. O que tinha sido dito, não estava correto. Essas amortizações, mais ou menos dois milhões de euros, não tiveram influência direta nos resultados do Município, mas numa ótica de balanço influenciaram. Continuou, referindo que a prestação de contas representava um momento essencial da atividade municipal. Seria, através desse documento, possível analisar e, sobretudo avaliar, o desempenho económico-financeiro do município. Era, também, através do mesmo, que era possível medir o desempenho financeiro das decisões políticas, tomadas pelo Presidente da Câmara. O caminho político traçado e seguido pelo Presidente tinha efeitos nos cofres do Município, pelo que, hoje, também, estavam a apreciar e a votar o trabalho do Presidente, enquanto responsável, pelo destino do nosso dinheiro. Como tinha vindo a ser hábito, também, queriam destacar o excelente trabalho desenvolvido pelo Departamento de Gestão Financeira, não existindo razões técnicas para se opor às contas apresentadas. Independentemente, de nenhuma questão técnica se levantar, existiam alguns reparos que gostavam de fazer, tendo



[Handwritten signature and initials]

registado positivamente, os seguintes aspetos: - a adoção do princípio de especialização, para reconhecimento das receitas com o IMI e derrama, dado que, em 2015, o município tinha registado na sua contabilidade o valor desses impostos a receber em 2016, obedecendo as regras do POCAL; - Em 2015, as receitas correntes brutas foram superiores às despesas correntes e amortizações de empréstimos, cumprindo assim com a regra do equilíbrio orçamental nos termos da Lei; - A dívida relativa a empréstimos de médio e Longo Prazo foi reduzida em 2.120.000 €, passando de 4.470.000 para 2.350.000; e, por fim, também devia ser realçado o fato do Município cumprir os limites de endividamento nos termos das normas e legislações em vigor. Assinalou que registavam negativamente, os seguintes aspetos: - O rácio que media o grau de independência fixou-se em 39,63 %, era este rácio que relacionava as receitas próprias com as receitas totais, e considerava que existia independência financeira quando este era superior a 50%, ou seja, existia independência financeira, quando as receitas próprias representavam pelo menos metade das receitas totais, o que não acontecia em Fafe; - os custos com transferências e subsídios correntes tinham aumentado 1,1 milhões de euros, tendo passado de 3,2 para 4,3 milhões o que, pela primeira vez, nos últimos anos, o valor transferido para as instituições e associações tinha sido superior ao valor transferido para as freguesias, sendo que os maiores beneficiários tinham sido a Associação de Pais e Encarregados de Educação o Agrupamento de Escolas Montelongo com 310 mil euros e o Rancho Folclórico de Fafe com 175 mil euros; - Os custos com aquisição de serviços de consultadoria, assessoria e assistência técnica em 2013, totalizavam 293 mil euros, em 2015, esses custos tinham passado para 728 mil euros, o que representava um aumento de 248%; - Em 2014, o Município tinha dado início ao Plano de Eficiência Energética, com essa medida propunha reduzir a fatura da eletricidade; - Em 2015, a fatura aumentou 140 mil euros face ao ano de 2014; - Só no ano de 2015, o Município registou um prejuízo de 1,1 milhões de euros com a venda das habitações José Saramago, o prejuízo acumulado da venda dessas habitações, no fim de 2015, totalizava perto de 1,6 milhões de euros. Por fim, disse que não poderia terminar a sua intervenção sem salientar o fato de o município, pela primeira vez nos últimos anos, apresentar um resultado negativo. As contas de 2015 apresentavam um prejuízo no



Handwritten signature and initials.

valor de 1,1 milhões de euros, para esse resultado muito tinha contribuído o negócio ruinoso das habitações da José Saramago, mas, seguramente, não era o único motivo, haviam outros que o Presidente devia identificar e corrigir. Todos sabiam que o principal objetivo de qualquer município não era apresentar lucro, mas não deixava de ser preocupante quando esse apresentava prejuízo, pelo que expressavam a sua consonância com a votação, em reunião de Câmara, pelos Vereadores dos IPF.-----

-----Solicitou a palavra **Raul Manuel Rebelo Cunha**, eleito pelo PS, para observar que, depois de analisar aquele documento, se mantinha a boa tradição dos últimos anos, em ter uma gestão autárquica, em Fafe, séria, rigorosa, transparente e que não limitava a capacidade de executivos futuros fazerem face aos problemas e terem a suas próprias opções. Realçou que, o grau de execução rondava os noventa por cento, mostrando o cuidado que existia na execução do orçamento. Seguiu referindo que se continuavam a ter despesas correntes inferiores às receitas correntes, o que permitia a transferência de receita corrente para despesa de capital, continuando-se com níveis de investimento na linha do que era habitual, destacando o que estava previsto para os próximos tempos, como o quartel da GNR, que estava em fase de conclusão, os projetos de requalificação da Escola Secundária e da Carlos Teixeira a candidatar a apoios comunitários, o nó de Arões cuja candidatura já tinha sido efetuada, e ainda o projeto de requalificação da Cumieira, também a candidatar a fundos comunitários. Disse que se continuava a manter uma boa prática de transferir receitas para as Juntas de Freguesia. Perseverou referindo que, para ele, era importante a opção política, que esse executivo tinha tomado, neste período tão difícil para as famílias, de criar programas como o de apoio no transporte ambulatorio de doentes, como a atribuição de bolsas de estudo, como o fundo de emergência social, como o apoio às rendas de habitação e o ser solidário. Os eleitos e todos aqueles que tinham colaborado com o Partido Socialista, podiam orgulhar-se daquilo que tinha sido a atuação na Câmara Municipal destes últimos anos, que não deixou o legado de dívidas e, que permitiu a este Presidente de Câmara, com a sua sensibilidade social, ter tido a oportunidade de fazer com que muitas das famílias, muitas das crianças, as mais frágeis de todos nós, tivessem passado melhor nestes anos, do que aquilo que teriam passado se a Câmara não estivesse estado a apoiar. Teceu comentários políticos. Terminou dizendo que era



Handwritten signature or initials.

importante conseguir executar esses projetos para que este mandato fosse um mandato de melhoria das condições de vida deste concelho.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, por maioria, com nove abstenções** .-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto sete – Apreciação do Mapa de Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação – Ano de 2015;**-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, por maioria, com nove abstenções** .-----

-----Passou-se imediatamente para o **ponto dois ponto oito - Apreciação e votação da Proposta da Câmara de 2ª Revisão aos Documentos Provisoriais 2016;**-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** que explicou que este documento se destinava a incorporar no orçamento do próximo ano. Referiu que o saldo de gerência era de, sensivelmente, dois milhões de euros, tendo-se procurado fazê-lo sem aumentar artificialmente a receita, uma vez que existiam alguns investimentos que teriam de ser repensados para 2016 e 2017.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, por maioria, com nove abstenções** .-----

-----Passou-se de seguida para o **ponto dois ponto nove - Apreciação e votação da Proposta da Câmara de Correção Material à Revisão do Plano Diretor Municipal;**-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para elucidar que, após a publicação do Plano Diretor Municipal, existia uma possibilidade legal de se proceder a uma correção, não só de erros, que tinham sido detetados aquando da publicação, mas também, de algumas questões que ainda estavam pendentes e que, por esta via, era possível recuperar.-----

-----Solicitou a palavra **Maria Cristina Azevedo Pinho Sousa**, eleita pelos IPF que começou por afirmar que iam votar favoravelmente. Apenas quis chamar a atenção para os seguintes aspetos: - O primeiro referia-se às gralhas que o documento continha; - Chamou a atenção para o fato de na alínea b) do artigo 69º a expressão “armazenagem e indústria” não lhe parecia caber nesse número, tendo tratamento próprio no número 8, designadamente nas alíneas g) e h); por fim, no anexo II ao



Handwritten signature or initials in the top right corner.

Regulamento para a epígrafe “Propostas de exclusão – áreas para satisfação de carências habitacionais, de atividades económicas, equipamentos e infraestruturas”, lhe parecia um ponto duvidoso e facilitador de situações pouco claras. No entanto, a quantidade de documentos para análise, não tinha permitido um olhar mais apertado.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, por maioria, com uma abstenção**.-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto dez - Apreciação e aprovação da Minuta de Compra e Venda para Aquisição das Parcelas de Terreno Ocupado com a EB 2,3 de Arões Santa Cristina**;-----

-----Fez uso da palavra o **Presidente da Câmara** para concretizar que este ponto era o seguimento do processo, já iniciado no ano passado. O mesmo, já tinha sido remetido ao Tribunal de Contas, o qual, solicitou a aprovação da minuta do contrato, pela Câmara e Assembleia Municipal.-----

-----Requereu a palavra **Joaquim Magalhães**, eleito pelos IPF, para esclarecer que iriam votar a favor desta minuta, uma vez que a mesma estava bem elaborada e, que nada tinha a ver com a votação contra os negócios e os valores acordados, em assembleias anteriores.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, por unanimidade** .-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto onze - Apreciação e aprovação da Minuta de Compra e Venda para Aquisição de Terreno na Rua Major Miguel Ferreira, à Cofafe – Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Fafe, CRL**;-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, por unanimidade** .-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto doze - Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa à declaração de interesse público municipal de uma atividade pecuária, sita na Rua de S. Frutuoso, nº 734, Monte, requerida por Albertina Gonçalves Moreira**;-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que explicou que existia uma disposição legal que obrigava o Município reconhecer o interesse público municipal,



para que os agricultores pudessem legalizar e, eventualmente, aceder a comparticipações comunitárias, para as suas pequenas explorações pecuárias. Existiram, inicialmente, muitas dúvidas, que tinham sido discutidas com o Presidente da Mesa, quanto à forma de se proceder, uma vez que não era considerado estabelecimento pecuário, uma corte com duas vacas ou equivalente, mas também, não podiam prejudicar os agricultores fafenses. Rematou dizendo que, em todos os municípios, mais ou menos, com as justificações que aqui eram apresentadas, nomeadamente o impacto na economia local, tinham declarado o interesse público municipal.-----

-----Solicitou a palavra **Manuel Fernando Marinho Alves**, eleito pelos IPF, para dizer que quando estas propostas lhe tinham chegado às mãos, não tinha percebido o que era. Efetuou uma pesquisa e, de fato, surgiram-lhe várias, já aprovadas noutras Câmaras Municipais, no entanto aqui em Fafe, o que era apresentado era muito pobre. Por fim, sugeriu que os pontos seguintes se discutissem em conjunto.-----

-----Pedi a palavra **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU, para dizer que concordava com a votação conjunta, à exceção dos pontos 2.24 e 2.25. Acrescentou que, pelo que tinha entendido, todas estas explorações já existiam aquando da revisão do Plano Diretor Municipal, questionando o porquê, destas, não terem sido incluídas nessa revisão.-----

-----O **Presidente da Mesa** usou da palavra para sublinhar que estes assuntos já tinham sido analisados. Quanto aos pontos 2.24 e 2.25, os mesmos já tinham vindo a esta Assembleia e retirados por falta de fundamentação. Tinha ponderado, se devia incluir ou não estas declarações de interesse público municipal, na ordem de trabalhos, por várias razões: uma delas era a fundamentação dos pedidos, o que para ele era um mal menor, uma vez que, a regularização das atividades pecuárias e a salvaguarda das explorações, já estavam previstas na Lei n.º 165/2014, a qual, obrigava a que as pessoas fizessem esse tipo de requerimento à Câmara Municipal. Acrescentou que, tendo o prazo terminado em dois de janeiro, se estavam a discutir assuntos cuja legislação estava revogada, devendo-se estudá-las antes de se fazer. Entendia que as deliberações que, eventualmente, se tomassem sobre estes pontos, não seriam grandes deliberações, e, por isso, entendia que seria melhor retirar os mesmos. Dever-



Handwritten signature and initials, possibly 'P' and '1'.

se-ia, pelo menos, esperar, uma vez que já tinha sido aprovado na Assembleia da República, um Projeto de Lei do Partido Socialista, sobre a salvaguarda da regularização das explorações pecuárias e outras, prorrogando o prazo previsto no Decreto-Lei n.º 165/2014, o qual, baixou à comissão para trabalhos de especialidade. Era seu dever informar aos deputados desta situação.-----

-----Solicitou, de imediato, a palavra o **Presidente da Câmara** para agradecer a informação do Senhor Presidente da Mesa, mas continuavam a receber estes pedidos, organizados de forma muito pobre, não lhe parecendo muito justo andar a fomentar algumas atividades de redação de coisas mais elaboradas. A retirada destes assuntos condicionavam candidaturas e subsídios.-----

-----Usou, novamente da palavra, o **Presidente da Mesa** para referir que estes pareceres eram obrigatórios, na sequência de uma Lei. Nessa mesma Lei, o prazo terminava dia dois de janeiro deste ano e, para salvaguardar todos aqueles que não tinham procedido à regularização, foi aprovado um projeto lei, na generalidade e, quando o mesmo fosse aprovado na especialidade, abririam novo prazo para a regularização.-----

-----O **Presidente da Câmara** disse que se Assembleia aconselhava a retirar as propostas, as mesmas seriam retiradas.-----

-----O **Presidente da Mesa** respondeu dizendo que apenas estava a dar conhecimento de um fato. Explicou que se as pessoas tinham as suas explorações, que estavam em sítio onde não deviam existir, dado contrariar o PDM ou outros, para poderem ser legalizadas, precisavam de uma declaração de interesse público. Apenas disse que a Lei n.º 165/2014 para regularização tinha terminado a dois de janeiro deste ano, pelo que, nesta data, alguém que tivesse a declaração aprovada e fosse entregar o dossier para regularizar, não o poderia fazer dado não existir nenhuma Lei que pudesse acolher esse pedido. Poderia esperar-se pela aprovação da nova lei, ora esperava que não viesse a trazer problemas.-----

-----O **Presidente da Câmara** comunicou que, na sala estava, uma Presidente de Junta que trabalhava diretamente com os agricultores e, que poderia dizer se existia algum prejuízo para essas pessoas, caso a declaração não fosse aprovada nessa sessão.

-----Foi dada a palavra à **Presidente da Junta de Ribeiros**, para comunicar que os



A
D
12/11

animais, que se encontravam quer nas atividades já existentes, quer nas que iam ser construídas, estavam ilegais, não podendo ser vacinados ou vendidos, nem podiam candidatar-se a subsídios e, nas substituições de animais, a que entretanto tinham sido candidatos, podiam perder os mesmos. As explorações não existiam há muitos anos, algumas eram novas.-----

-----O **Presidente da Mesa** disse que o pior que poderia acontecer aos Fafenses, que precisavam destas declarações e quando levassem as mesmas aprovadas, lhe fossem pedidas outras, não sendo grave que a Assembleia Municipal procedesse a essas votações.-----

-----Solicitou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de S. Gens** para comunicar que a sua freguesia também estava contemplada com mais uma vacaria. Perguntou se, salvaguardando o interesse público, se salvaguardararia, também, as vias municipais, os parques de lazer, uma vez que, o parque existente na sua freguesia era para caprinos e bovinos, tendo deixado de ter utilidade para as pessoas. Entendia que, a Câmara, deveria fiscalizar mais essas atividades.-----

-----Usou da palavra **Maria Cristina Azevedo Pinho Sousa**, eleita pelos IPF, para elucidar que essas explorações tinham que obedecer a requisitos higiénicos.-----

-----Requisitou a palavra **Joaquim Magalhães**, eleito pelos IPF para expressar que iriam votar favoravelmente essas propostas, com o pressuposto de que as mesmas se encontravam devidamente instruídas.-----

-----Fez uso da palavra **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU, para acrescentar que os processos estavam muito pobres e pouco instruídos, pelo que iria abster-se.-----

-----Por fim, usou da palavra **Jorge Adélio Martins Pereira da Costa**, eleito pelo PSD, para transmitir a sua insatisfação pelo modo como este assunto tinha sido conduzido pelo Presidente da Mesa. Competia, ao mesmo, aferir a colocação dos pontos na ordem de trabalhos e, se existissem questões que não eram enquadráveis no ponto de vista de validade, era da sua competência não as ter agendado. Prosseguiu, dizendo que, o que o desagradava mais, era o fato de, pela terceira vez, na mesma assembleia, responsabilizar-se os serviços que tinham responsáveis, que estavam ali para assumir. Por fim, considerava que se a votação fosse positiva, face a esta insegurança, deveria ser comunicado aos requerentes que a legislação estava revogada, para que não



f
7
2

fossem surpreendidos a posteriori, com esse fato.-----

-----O **Presidente da Mesa** voltou a explicar o que se tinha passado, dizendo que o que estava em causa era a declaração do interesse público municipal, e que seria mais importante para esta Assembleia que existissem mais dados, como por exemplo, a data da existência das explorações, o número de animais, etc., dados que, aqui, não eram fornecidos. Apesar disso, mais concretamente há três dias, a manusear papeis no seu trabalho, tinha dado conta de um projeto de lei do Partido Socialista, que tinha acabado de ser votado, fazia oito dias, sobre este assunto, pelo que aqui levantou a questão. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo ***aprovado, por maioria, com uma abstenção.*** -----

-----Passou-se de seguida para o **ponto dois ponto treze - Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa à declaração de interesse público municipal de uma atividade pecuária, sita na Rua da Ponte, nº 74, Serafão, requerida por Florinda Gonçalves Afonso Rocha;**-----

-----Colocado à votação, sendo ***aprovado, por maioria, com uma abstenção.***-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto catorze - Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa à declaração de interesse público municipal de uma atividade pecuária, sita no Lugar da Mó, Medelo, requerida por Leonel Duarte Castro Nogueira;**

-----Colocado à votação, sendo ***aprovado, por maioria, com uma abstenção.***-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto quinze - Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa à declaração de interesse público municipal de uma atividade pecuária, sita na Rua Central, nº 31, Felgueiras, requerida por Maria do Céu Rebelo Gonçalves;**-----

-----Colocado à votação, sendo ***aprovado, por maioria, com uma abstenção.***-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto dezasseis - Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa à declaração de interesse público municipal de uma atividade pecuária, sita na Rua Soares dos Reis, nº 158, Regadas, requerida por Helder Ricardo Fonseca Ribeiro;**-----

-----Colocado à votação, sendo ***aprovado, por maioria, com uma abstenção.***-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto dezassete - Apreciação e votação da**



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Proposta da Câmara relativa à declaração de interesse público municipal de uma atividade pecuária, sita na Rua da Povoação, S. Gens, requerida por Maria Olinda de Araújo Gonçalves;-----

-----Colocado à votação, sendo *aprovado, por maioria, com uma abstenção*.-----

-----Passou-se para o ponto dois ponto dezoito - Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa à declaração de interesse público municipal de uma atividade pecuária, sita na Rua do Lameiro, nº 23, Pedraído, requerida por Emília Antunes Lourenço;-----

-----Colocado à votação, sendo *aprovado, por maioria, com uma abstenção*.-----

-----Passou-se para o ponto dois ponto dezanove - Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa à declaração de interesse público municipal de uma atividade pecuária, sita na Rua da Liberdade, nº 431, Revelhe, requerida por Joaquim Cunha;-----

-----Colocado à votação, sendo *aprovado, por maioria, com uma abstenção*.-----

-----Passou-se para o ponto dois ponto vinte - Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa à declaração de interesse público municipal de uma atividade pecuária, sita em vários locais em Moreira de Rei, requerida por Maria Fátima Cunha Moreira;-----

-----Colocado à votação, sendo *aprovado, por maioria, com uma abstenção*.-----

-----Passou-se para o ponto dois ponto vinte e um - Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa à declaração de interesse público municipal de uma atividade pecuária, sita em Vinhós, requerida por José Firmino de Oliveira;-----

-----Colocado à votação, sendo *aprovado, por maioria, com uma abstenção*.-----

-----Passou-se para o ponto dois ponto vinte e dois - Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa à declaração de interesse público municipal de uma atividade pecuária, sita em Aboim, requerida Maria Martins Moreira;-----

-----Colocado à votação, sendo *aprovado, por maioria, com uma abstenção*.-----

-----Passou-se para o ponto dois ponto vinte e três - Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa à declaração de interesse público municipal de uma atividade pecuária, sita em Vinhós, requerida por Manuel Costa; -----

-----Colocado à votação, sendo *aprovado, por maioria, com uma abstenção*.-----



[Handwritten signature and initials]

-----O Grupo Parlamentar do PSD apresentou uma declaração de voto relativa aos pontos dois ponto doze e ao ponto dois ponto vinte e três, anexa a presente ata.-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto vinte e quatro - Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa à declaração de interesse público municipal da construção de um parque de lazer, sito no Lugar de Vale Escuro, Travassós;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para elucidar de que era uma proposta da Associação Cultural e Recreativa de Travassós, que solicitava o reconhecimento do interesse público municipal para a construção de um parque de lazer na freguesia de Travassós,.-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU, para referir que, se nos outros processos não tinham nada a ver com o PDM, neste caso, era diferente, pelo que, este assunto poderia ter sido resolvido com a sua revisão. Questionou sobre o fato da legislação, anteriormente referida, não contemplar esta situação.-----

-----Foi explicado pelo **Vereador Eugénio Marinho**, responsável pelo pelouro do urbanismo, que este ponto não tinha a ver com os anteriores, nem com a legislação já referida. Pretendiam construir um parque de lazer onde irão existir vários equipamentos e, como existiam várias condicionantes, em termos de plano, era necessário junto da Comissão de Coordenação Regional do Norte, obter autorização, que só seria dada, após deliberação da Câmara e da Assembleia, de relevante interesse público.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, por unanimidade.**-----

-----Imediatamente, passou-se para o **ponto dois ponto vinte e cinco - Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa à declaração de interesse público municipal da construção de uma indústria de transformação de madeira, sita no Bugio, Regadas;**-----

----- Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para expressar que este assunto já tinha estado agendado e tinha sido retirado, dado que não se encontrava devidamente fundamentado. Entretanto, o requerente tinha apresentado mais elementos, nomeadamente a sua fundamentação, com a qual a Câmara tinha



[Handwritten signature and initials]

concordado.-----

-----Solicitou a palavra a **Presidente da Junta de Freguesia de Regadas** para referir que existia um erro na localização. Apesar dos documentos mencionarem Lugar do Bugio, freguesia de Regadas, a mesma situava-se no Lugar de Padrões, ou rua D. Afonso Henriques, freguesia de Regadas.-----

-----Usou, de seguida, a palavra **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU, para dizer que na fundamentação existia um parecer do técnico da Câmara, Hélder Vale, de maio de dois mil e quinze, ou seja, anterior ao novo PDM. Como tal, deveria ter sido emitido novo parecer. No mesmo constava, ainda, que a área do prédio não poderia ultrapassar os seis metros e meio e, na fundamentação, agora apresentada, dizia que o prédio não teria mais do que nove metros.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação, sendo **aprovado, por maioria, com uma abstenção**.-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto vinte e seis - Apreciação e votação da Proposta de Regulamento de Atribuição de Compensações pelo Desempenho das Funções de Bombeiro Voluntário, apresentado pela Comissão de Análise de Regulamentos, da Assembleia Municipal**;-----

-----O **Presidente da Mesa** explicou que a Comissão de Análise de Regulamentos tinha concluído no dia cinco de abril os trabalhos de apreciação desta proposta, pelo que se estava a apreciar a proposta, com conhecimento de todos os grupos parlamentares.-----

-----Solicitou a palavra **José Augusto Rodrigues de Sousa**, eleito pelo PSD, para dizer que o seu partido via com agrado o fato da sua proposta, apresentada na última sessão, ter sido acolhida, sendo deste modo contemplados, também, os bombeiros do quadro de honra, da reserva e do quadro de comando.-----

-----Foi dada a palavra **Alberto Joaquim Costa Alves**, eleito pelos IPF, para acrescentar que, embora o regulamento já viesse da Comissão, e não estando em causa a votação e apreciação por parte da sua bancada, lhe parecia que existia uma certa incongruência entre o artigo 3.º e o artigo 7.º O artigo 3.º referia que o presente Regulamento “aplicava-se a todos os elementos pertencentes ao quadro do comando; ao quadro ativo, ao quadro de reserva e ao quadro de honra dos Bombeiros



Handwritten signature and initials in the top right corner.

Voluntários de Fafe e que constavam do respetivo quadro de pessoal homologado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (Direção Nacional de Bombeiros)". Enquanto o artigo 7.º, dizia apenas que "A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fafe compromete-se a enviar à autarquia uma relação anual onde conste o nome, posto, classificação do serviço e a antiguidade dos Bombeiros Voluntários integrantes do corpo ativo". Pelo que entendiam que este artigo 7.º deveria ser alargado no âmbito do artigo 3.º, ou seja, deveria mencionar igualmente o quadro de reserva e o quadro de honra.-----

-----O **Presidente da Mesa** usou da palavra para expressar que, o que tinha sido dito pelo deputado Alberto Alves, fazia sentido, visto que, o artigo 7.º deveria dizer que "A Associação Humanitária dos Bombeiros de Fafe comprometia-se a enviar à autarquia uma relação anual onde conste o nome, posto, classificação do serviço, antiguidade dos bombeiros a que se refere o artigo 3.º, atualizando-a de imediato sempre que existisse qualquer alteração". Assim sendo, ficariam todos abrangidos, retirando-se a expressão "integrantes do corpo ativo e colocar-seia dos bombeiros voluntários a que aludia o artigo 3.º".-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação, sendo **aprovado, por unanimidade**.-----

-----Por fim, passou-se para o **ponto dois ponto vinte e sete - Apreciação e votação da Proposta da Câmara de Alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais**.-----

-----O **Presidente da Mesa** comunicou que, em conformidade com as informações que tinha, existia um acordo entre os diversos grupos aqui representados e, uma vez que existiam algumas taxas que não poderiam deixar de ser aprovadas, sob pena de o município ficar com prejuízo, aprovar-se-ia esta alteração, mas recomendava-se ao grupo de trabalhos, que acompanha os regulamentos, apreciar a mesma.-----

-----Usou da palavra **Alberto Joaquim Costa Alves**, eleito pelos IPF, para comunicar que esta alteração, enquadrava duas matérias bem distintas, e que deveriam ser votadas separadamente. Uma, tinha a ver com a retificação do artigo 59.º e, a outra, que nada tinha a ver com esse artigo, mas sim, as alterações ao Regulamento. Entendia que retificação era bem diferente de alteração, referindo que o texto que constituía a



segunda parte da proposta, em que era referido que os Vereadores Parcídio Summavielle, Vitor Silva e Rosa Maria Pinheiro, eleitos pelos IPF, se tinham absterido na votação relativa a retificação e aplicação retroativa, à data de entrada em vigor da tabela de taxas, não estava correta, nem era verdadeira. Acrescentou que, os referidos Vereadores, tinham votado essa parte da proposta, devendo tratar-se de um erro dos serviços ou de quem elaborou o referido texto, isto porque, tinham sido os vereadores eleitos pelos IPF, que no passado mês de outubro, tinham levantado o problema, em reunião de Câmara, sobre o exagerado valor das licenças de requalificação e restauro urbano. Desde então, defenderam sempre a necessidade e a urgência da retificação do artigo 59º e, respetiva retroatividade, daí que não tinha havido abstenção na retificação e aplicação da retroatividade. A abstenção devia referir-se, apenas e só, aos demais da proposta. Posto isto, era importante que se dissesse que, face ao que constava no artigo 59º, e no seu entender, que consubstanciava uma retificação a um erro cometido em dois mil e doze, aquando da aprovação do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas, pois, na referida disposição legal constava o valor de cinco euros por metro quadrado de área de intervenção, em caso de obras de recuperação e requalificação urbana, quando anteriormente era de cinquenta cêntimos por metro quadrado. O mesmo, era dizer que estava a falar de um aumento exponencial de dez vezes mais do valor anterior, aliás, o erro tinha sido reconhecido e assumido pelos serviços, mas infelizmente, tinha perdurado desde dois mil e doze e, dessa forma, prejudica todos os requerentes do licenciamento de restauro e reabilitação urbana, que se viram constrangidos a pagar dez vezes mais o valor da licença, razão pela qual existiam licenças por levantar. Prosseguiu dizendo que, tinha sido esta penalização dos particulares requerentes, que determinou os Vereadores eleitos pelos IPF, a colocar o assunto na ordem do dia e, a pugnar pela sua resolução, tendo inclusive recebido a concordância dos demais membros do executivo, daí que, os Vereadores eleitos pelos IPF não se tenham absterido e nesta matéria, antes pugnaram pela retificação do artigo 59º e pela sua retroatividade, como forma de repor a justiça. Quanto aos demais, constantes na proposta, e tal como o Senhor Presidente já tinha dito, concordavam com a remessa desta alteração à Comissão de Análises de Regulamentos.-----



-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que, neste processo, tinha havido uma informalidade excessiva, fruto do bom entendimento que existia no executivo, e fruto da necessidade de avançar com uma série de correções a taxas, e por acordo de todas as forças políticas, nomeadamente os representantes na Câmara dos IPF, PSD e do PS, tinha ficado assente que os IPF na votação global se abstinham, em relação à correção dos cinco euros para os cinquenta cêntimos, estando todos de acordo. Pelo que concordava com a sugestão do deputado Alberto Alves, no sentido de se aprovar desde já a retificação do artigo 59º, com efeitos retroativos e, tudo o resto baixar à Comissão de Análise.-----

-----Não havendo mais intervenções, ***foi colocada à votação, sendo aprovado, por maioria, com uma abstenção, tendo a Assembleia Municipal recomendado que a Comissão de Análise dos Regulamentos procedesse à sua apreciação.*** -----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Mesa** colocou à votação a ata da sessão ordinária realizada em dezanove de fevereiro de dois mil e dezasseis, tendo sido aprovada, por maioria, com quatro abstenções, dado não terem estado presentes na sessão.-----

-----Posteriormente, o **Presidente da Mesa** deu a palavra ao público, na pessoa de **Fernando Miranda** para tecer alguns comentários sobre as atividades do Município.-----

-----Solicitou a palavra **Rui Abreu**, na qualidade de diretor-adjunto do jornal “Notícias de Fafe”, pelo fato do jornal que dirigia, ter sido citado pelo Presidente da Câmara, numa das suas intervenções, a propósito de uma pergunta que tinha sido feita, sobre a distribuição de publicidade do evento Terra Justa por todos os órgãos do concelho e da região, para dizer que o “Noticias de Fafe” não tinha feito qualquer publicidade a esse evento.-----

-----Também, solicitou a palavra **Gil Soares** para, relativamente à Lei nº 165/2014, dizer que já tinha tratado de um processo, no âmbito dessa legislação, que tinha sido zero, pelo que se a lei continuasse exatamente igual, nada adiantava. Teceu vários comentários sobre a forma como as leis eram feitas. Agradeceu a aprovação da retificação do artigo 59º com efeitos retroativos, que muita gente tinha prejudicado.---

-----Por fim, usou da palavra **Hélder Mendonça** para dizer que o deputado Jorge Costa tinha referido, aí, financiamentos relativos a associações e outros fins cujas as



associações contempladas eram quase sempre as mesmas. Deu os parabéns à Câmara pelo projeto do orçamento participativo, onde a participação dos munícipes tinha sido massiva, denotando que tinha havido por parte das associações uma manipulação relativamente aos seus associados e afins, para que votassem. Alegou que residia numa área predominantemente rural, Monte e Queimadela, na qual tinham arrecadado 240 votos, e cinco propostas no orçamento participativo, afirmando que as associações deveriam ser vistas com outros olhos e que se devia tentar perceber qual era a sua dinâmica.-----

-----Não havendo intervenções, foi dada a palavra ao Primeiro Secretário, que procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. Colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram meia hora e cinquenta minutos do dia trinta de abril de dois mil e dezasseis .- E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----

12
Silva Soares
[Handwritten signature]

DECLARAÇÃO de VOTO

O Grupo do PSD - PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, na Assembleia Municipal de Fafe vem, nos termos do artigo 16º, alínea j) do Regimento da AMF, apresentar declaração de voto, referente aos pontos 2.12 a 2.23 da ordem de trabalhos, o que faz nos termos seguintes:

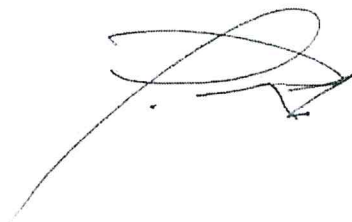
CONSIDERANDO QUE:

- 1º:- O PSD apoia, sem reservas, a regularização das situações em causa;
- 2º:- O PSD, sendo, como é, um partido responsável, não pode deixar de referir que a aprovação das matérias em causa não têm sustentação legal;
- 3º:- As situações em apreço, podem, ainda assim, ser geradoras de expectativas aos beneficiários, que podem sair frustradas,

O PSD, vota favoravelmente as propostas em causa, exigindo no entanto que os seus beneficiários sejam informados e esclarecidos, pelos serviços da Câmara Municipal, que podem ver gorada a sua pretensão por falta de enquadramento legal.

FAFE, 29 DE ABRIL DE 2016

P'O Grupo do PSD - Partido Social Democrata, na Assembleia Municipal de Fafe,



Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais membros da Mesa

Exmº Senhor Presidente da Câmara

Exmºs Senhores Vereadores

Exmºs Senhores Membros da Assembleia Municipal

Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores

No passado dia 20 do corrente mês, solicitei ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que me fosse fornecida cópia do contrato de empreitada relativo à construção do Edifício Multifuncional respeitante ao protocolo celebrado com a Rendstar e onde virá a ser instalada a Altice.

Dias depois foi-me enviado um mail que capeava a folha do rosto do contrato de empreitada em causa.

Após a receção do mail e conferido o seu conteúdo, de imediato solicitei que me fosse enviado o contrato já que o contrato enviado estava incompleto uma vez que dele faziam parte integrante outros documentos.

No dia de ontem rececionei um mail que enviado, sabe-se lá a que propósito ou com que intenção ao Sr. Dr. Rodrigues e que este me reencaminhou, em que era dado conhecimento que o processo podia ser consultado nos serviços da Câmara ou em alternativa podia ser obtida cópia do contrato tendo que fazer o pagamento das taxas previstas na Tabela de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais.

Tenho que lhes confessar que fiquei incrédulo com o procedimento adotado que mais parece a utilização de tiques e táticas que em nada se assemelham a procedimentos adotados em regimes democráticos e violador dos mais elementares princípios do direito.

Como de todos é consabido, isto é, com exceção de alguns que se movem ao arrepio da ética, são poderes dos membros desta Assembleia, além de muitos outros, exercer singular ou coletivamente, “Acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal”, bem como “Requerer e obter com celeridade da Câmara Municipal, os elementos e as informações que considerarem úteis para o exercício do seu mandato e indispensáveis para uma participação profícua nas Assembleias Municipais”.

Ora, a situação em apreço, além de inqualificável é indigna, corroendo a confiança que os cidadãos devem depositar nos órgãos da administração pública.

A recusa, em fornecer a cópia do contrato de empreitada, poderá levar a pensar, aos mais atentos, que se passa algo de grave e é de todo conveniente que isso seja escondido, ou

mais grave ainda, que o contrato está envolvido em mistério que é de todo o interesse em que não seja desvendado e de todos conhecido.

O Sr. Presidente, deve ter presente, que o PSD votou favoravelmente que a Câmara Municipal contraísse o empréstimo para a construção do edifício, mas fê-lo na convicção que o Senhor Presidente iria acautelar os interesses do município.

Sucede que, até ao momento, não são conhecidas as vantagens que o município obteve, nomeadamente o número de postos de trabalho efetivamente criados, quantos iniciaram o contrato de trabalho, qual o tipo de contrato de trabalho e as remunerações auferidas, bem como qual era a data prevista para a conclusão das obras e o porquê das mesmas ainda não estarem concluídas e suas consequências.

Senhor Presidente, estas são algumas das respostas que os munícipes exigem e que o Senhor Presidente, teimosa e deliberadamente, não dá, pelo que seria de bom grado que V. Ex^a as desse, agora, nesta assembleia.

É uma obrigação de todos, sem exceção, seja Presidente da Câmara, sejam Vereadores, sejam membros da Assembleia Municipal, contribuir para o fortalecimento das instituições democráticas, usando como veículo a transparência e a ética.

Só com transparência é permitido a qualquer cidadão saber onde, como e por que o dinheiro publico está a ser gasto, sem mistérios.

A Câmara Municipal não pode ocultar informação aos Membros da Assembleia Municipal, como sucedeu na presente situação, por forma a impedir estes de escrutinar a sua atividade, nomeadamente quando está a disponibilizar recursos públicos em prol do benefício privado.

A recusa na entrega da informação pretendida, cópia do contrato de empreitada, demonstra, claramente, falta de ética e desrespeito pela lei, o que se traduz em falta de transparência, valores estes fundamentais da vida em sociedade e que não sendo respeitados corroem e destroem a qualidade da democracia, que não podem, nem devem, ser menosprezados.

Senhor Presidente, as normas, num estado de direito democrático, existem para serem cumpridas escrupulosamente, de modo a evitar e a prevenir o combate à corrupção, luta em que todos devemos dar as mãos.

Senhor Presidente apelo a que V. Ex^a adote uma atitude proactiva, dando a conhecer todas as informações referentes à sua gestão e à aplicação dos recursos públicos, não dificultando ou obstaculizando a sua obtenção por parte de nenhum dos membros desta assembleia.

O povo quando elege os seus representantes parte da premissa que o cumprimento da Lei não é uma opção, é uma obrigação.

Porque se trata de uma conduta intolerável e inqualificável, que envergonha os mais desavergonhados, vou dar conhecimento desta situação à Inspeção Geral da Administração

8.3

Local e intentar a respetiva ação no Tribunal Administrativo e Fiscal, para que situações destas não venham a ocorrer no futuro, repetindo este modus operandi.

Aproveito para requer, ao Senhor Presidente da Mesa, para memória futura, que o conteúdo desta intervenção, vertido em papel, seja anexado à ata desta reunião.

TENHO DITO.

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,



(JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES DE SOUSA)